



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**URFBio Sul - Supervisão**

Decisão IEF/URFBIO SUL - SUPERVISÃO nº. 406/2022

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2022.

**ATO DE INDEFERIMENTO**

**Indexado ao Processo:** 2100.01.0037430/2022-42

**Requerente:** Agropecuária Quatro Irmãos Ltda

**CPF/CNPJ:** 20.830.583/0001-95

**Imóvel da intervenção:** Santa Terezinha, Fazenda do Moinho ou Brasília e Ouro Verde

**Município:** Conceição do Rio Verde/MG

**Objeto:** Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas

**Bioma:** Mata Atlântica

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020:

Considerando Despacho nº 480/2022/IEF/NAR CAXAMBU (doc. SEI n. 54830655), verificar em análise técnica das imagens históricas no Google Earth, que houve supressão de vegetação nativa de forma silenciosa e clandestina;

Considerando que o mesmo despacho, oportunizou o interessado em apresentar justificativa e ou autorização pelas intervenções ambientais constatadas, permanecendo inerte;

Considerando que tal prática, deve ser objeto de sanções administrativas, através da lavratura do Auto de Infração, com a necessária comunicação ao Ministério Público;

Considerando que possível regularização ambiental deveria fazer parte do pedido de intervenção peticionado, conforme preceitua o art. 4º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF Nº 3102 DE 26/10/2021:

Art. 4º A autorização para intervenção ambiental deverá ser requerida por empreendimento, ainda que englobe mais de uma matrícula ou imóvel, quando solicitada pelos mesmos proprietários ou empreendedores.

§ 1º O requerimento para intervenção ambiental deverá contemplar, sempre que possível, todas as modalidades de intervenção pretendidas para o imóvel ou empreendimento.

Considerando, dada a instrução incorreta, a ausência do cumprimento dos dispositivos presentes nos arts. 13 e 14 do Decreto 47749/2019 ou a apresentação de PRADA para a recuperação da área, caso não presentes os pressupostos legais de regularização:

Art. 12. A suspensão da obra ou atividade que deu causa à supressão irregular poderá ser afastada por meio de autorização para intervenção ambiental corretiva,

desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I - possibilidade de inferir a tipologia vegetacional existente originalmente na área suprimida, por meio da apresentação, pelo infrator, de inventário florestal de vegetação testemunho em área adjacente ou de inventário florestal da própria área, elaborado antes da supressão irregular, e do respectivo registro de responsabilidade técnica junto ao conselho profissional;

II - inexistência de restrição legal ao uso alternativo do solo na área suprimida;

(Revogado pelo Decreto Nº 47837 DE 09/01/2020):

III - não se tratar de infrator reincidente de forma específica, conforme previsão do art. 82 do Decreto nº 47.383 , de 2 de março de 2018;

IV - recolhimento, pelo infrator, da reposição florestal, da taxa florestal e das compensações ambientais previstas na legislação ambiental vigente.

§ 1º Nas hipóteses de supressão de vegetação irregular em que não houver comprovação do efetivo uso alternativo do solo no prazo de um ano após a regularização, a área deverá ser totalmente recuperada pelo responsável pela infração ambiental.

§ 2º O descumprimento da execução das compensações estabelecidas com fundamento no inciso IV do caput, ensejará a cassação da autorização corretiva, sujeitando o responsável pela infração ambiental a regenerar a área objeto de supressão irregular, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações assumidas.

§ 3º A autorização para intervenção ambiental corretiva também se aplica às demais intervenções ambientais previstas no art. 3º, inclusive quando a intervenção não implicar em supressão de vegetação, hipótese em que não se aplica a condição prevista no inciso I do caput.

Art. 13. A possibilidade de regularização, por meio da obtenção da autorização para intervenção ambiental corretiva, não desobriga o órgão ambiental de aplicar as sanções administrativas pela intervenção irregular.

Parágrafo único. O infrator deverá, em relação às sanções administrativas aplicadas, comprovar, alternativamente:

I - desistência voluntária de defesa ou recurso apresentado pelo infrator junto ao órgão ambiental competente e recolhimento do valor da multa aplicada no auto de infração;

II - conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente;

III - parcelamento dos débitos devidos a título de multa aplicada em auto de infração;

IV - depósito do valor da multa em conta específica que, após o trânsito em julgado do auto de infração, será revertido ao Estado, caso a penalidade seja mantida.

Considerando, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei n.º 14.184, de 31.01.2002).

Determino o **INDEFERIMENTO** do processo de intervenção ambiental pretendida, sob o procedimento da autorização de autorização de árvores isoladas, devendo o interessado formalizar processo de autorização ambiental com todas modalidades, apresentação do PUP e quitação da multa administrativa, conforme Dec. Estadual n. 47.749/19.

Na formalização do processo de intervenção ambiental de forma correta, somente poderá ser reaproveitada somente a reposição florestal, devendo ser quitadas as taxas de expediente e florestal.

Oficie-se e arquive-se, **com a lavratura de auto de infração e comunicação ao Ministério Público.**

Comunique-se a Supram para que verifique se o Licenciamento Ambiental - SLA nº 1231/2020, não licencia atividade onde foi objeto de supressão de vegetação sem autorização, o que, coadunaria, em possível controle de legalidade do ato.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ramiro de Siqueira, Supervisor(a)**, em 25/11/2022, às 08:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **56752313** e o código CRC **9D708AA5**.

---

Referência: Processo nº 2100.01.0037430/2022-42

SEI nº 56752313